

A formação do paradigma americanista: As relações exteriores do Brasil no pensamento político da Primeira República

MAGNO KLEIN*

Resumo

O golpe republicano e a realidade do novo regime político fizeram com que as relações com as demais nações do continente, em especial os Estados Unidos, passassem a ser prioridade na preocupação dos intelectuais e políticos brasileiros. Além disso, com a expansão da economia agroexportadora durante a Primeira República (1889-1930), o eixo Rio de Janeiro-Washington foi em grande parte uma adequação ao sólido relacionamento comercial entre os dois países. Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima são intelectuais e políticos de destaque deste momento de inflexão e disputas entre, não só propostas diferentes de inserção internacional, mas projetos de país. Qual tipo de civilização seria o paradigma para o desenvolvimento do Estado brasileiro? Os três dialogam por meio do conceito do pan-americanismo, que caracterizava a política externa dos primeiros anos do século XX. Tal conceito, porém, carregava uma grande variedade de significados, e cada um dos três operou no sentido de conduzir a PEB na direção que considerava mais coerente. O estudo do pensamento em política externa dos intelectuais desta fase da Primeira República ajuda a desconstruir a imagem do Barão do Rio Branco como o grande e único formulador de política externa de seu tempo, líder com grande magnetismo, consenso de sua época e que pairava sobre os debates políticos domésticos.

Palavras-chave: Integração regional na América Latina; História da Política Externa Brasileira; Primeira República; Pan-Americanismo; Barão do Rio Branco; Joaquim Nabuco; Oliveira Lima

Resumen

El golpe de Estado republicano y la realidad del nuevo régimen político en Brasil significó que las relaciones con las demás naciones del continente, en especial Estados Unidos, comenzaran a ser la preocupación prioritaria de intelectuales y políticos brasileños. Además, con la expansión de la economía agro-exportadora durante la Primera República (1889-1930), el eje Río de Janeiro-Washington fue en gran medida un ajuste a la

* Graduado em História e mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador na área de História e Ciência Política, com ênfase em História Contemporânea, História do Brasil Contemporâneo e Análise da Política Externa Brasileira. Está vinculado ao Laboratório de Análise Política Mundial (IESP/UERJ). É editor da revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ) e um dos autores do Atlas da Política Externa Brasileira (2015). Correo electrónico: magnoklein@gmail.com

sólida relación de negocios entre los dos países. Barão do Rio Branco, Nabuco y Oliveira Lima son intelectuales y políticos destacados de este punto de inflexión y de los conflictos no sólo entre diferentes propuestas de inserción internacional sino sobre los proyectos de país. ¿Qué clase de nación sería el paradigma para el desarrollo del estado brasileño? Los tres dialogan a través del concepto del panamericanismo, que caracteriza la política exterior de los primeros años del siglo XX. Este concepto, sin embargo, lleva a una amplia gama de significados, y cada uno de los tres piensan conducirlo en la dirección que consideran más consistente. El estudio del pensamiento de los intelectuales de la política exterior de esta fase de la Primera República ayuda a deconstruir la imagen del Barão do Rio Branco, como el gran y único formulador de la política exterior en su tiempo, líder con un gran magnetismo de su tiempo y que se movía sobre los debates políticos internos.

Abstract

The republican coup d'état and the reality of the new political regime in Brazil meant that relations with the other nations of the continent, especially the United States, began to be the priority concern of Brazilian intellectuals and politicians. Moreover, with the expansion of agro-export economy during the First Republic (1889-1930), the Rio de Janeiro-Washington axis was largely an adjustment to the strong business relationship between the two countries. Barao do Rio Branco, Nabuco and Oliveira Lima are intellectuals and prominent politicians of this turning point and conflicts not only between different proposals for international insertion but also on the project about the drafting country. What kind of nation would be the paradigm for the development of the Brazilian state? The three intellectuals dialogue through the concept of Pan-Americanism, which characterizes the foreign policy of the early twentieth century. This concept, however, leads to a wide range of meanings, and each of the three intend to drive in the direction considered most consistent. The study of the thought of the intellectuals of the foreign policy of this phase of the First Republic helps to deconstruct the image of Barão do Rio Branco, as the great and unique formulator of foreign policy at the time, leading with great magnetism of his time and moving on internal political debates.

A formação do paradigma americanista: As relações exteriores do Brasil no pensamento político da Primeira República

“- Que pensais do resultado da doutrina de Monroe?
- [...] Deixai-me contar o que ouvi, uma vez, de um pobre homem no interior do Brasil. Perguntei-lhe qual a oração que costumava rezar e ele disse-mo:

- Uma muito simples – e depois, acrescentou:
- Antes usava outra, que era esta: ‘Com Deus me deito e com Deus me levanto, sob a guarda do Pai, do Filho e do Espírito Santo’.
- E por que não continuastes a rezá-la? – perguntei. – É bonita.
- Ah, senhor! – replicou ele. – Disseram-me que eu obrigava toda a Santíssima Trindade a ficar acordada toda noite, enquanto eu próprio dormia profundamente.
Pois bem, transplantando-a do sacro para o profano, a invocação da doutrina de Monroe pela América latina recorda-me, por vezes, o escrúpulo tocante deste meu pátrio. Todos dormimos profundamente com as portas abertas, enquanto ficas [sic] de vigia toda a noite”.
(Entrevista do Embaixador Joaquim Nabuco publicada no Chicago Tribune, 10 de julho de 1905, apud Ré, 2011).

Introdução

Com o fim do regime monárquico, a política externa do Brasil voltou-se para uma deliberada crença em um relacionamento especial com os Estados Unidos, país que servira de exemplo às aspirações republicanas no período do Segundo Reinado e que reconheceu quase de imediato o novo regime político brasileiro. A aproximação junto aos Estados Unidos talvez seja mesmo a ação mais importante da política externa brasileira do início do século XX¹. Até então, o país possuía uma tradição diplomática de maior relacionamento com os países europeus, em especial com a Inglaterra. A especificidade da monarquia e a crença da superioridade brasileira frente a uma América de caudilhos explicam boa parte disso.

O golpe republicano e a realidade do novo regime político foram fundamentais para que a região e sua nova potência ao Norte passassem a ser prioridade na preocupação dos intelectuais e políticos brasileiros. Além disso, a Primeira República (1889-1930) foi marcada pela expansão da economia agroexportadora e o eixo Washington-Rio de Janeiro foi em grande parte uma adequação ao sólido relacionamento comercial entre os dois países (Burns, 2003).

Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima foram intelectuais e políticos de destaque neste momento de inflexão e disputas entre, não só propostas diferentes de inserção internacional, mas projetos de país. Qual tipo de civilização seria o paradigma para o desenvolvi-

1 A República criava uma nova percepção do ambiente externo, e contribuía para uma aproximação junto às nações do continente e para o afastamento das nações europeias. Isso explica a ordem dos países que reconheceram o novo regime brasileiro: em 1889, o fizeram Uruguai, Argentina e Chile. No ano seguinte, foram seguidos por Bolívia, Venezuela, México e Estados Unidos. Dentre os europeus, a França reconheceu o país em 1890 e no ano posterior, Inglaterra, Itália e Espanha.

mento do Estado brasileiro? Como veremos adiante, o debate doméstico entre os que privilegiavam uma identidade nacional com as nações do continente americano (definidos como *americanistas*) ou aqueles que preferiam as potências europeias (*ou iberistas*) já estava presente no país no final do século XIX e foi objeto de disputas políticas também dentro da burocracia diplomática. Os intelectuais aqui analisados resgataram e atualizaram este debate, propondo ideias distintas sobre a inserção internacional do Brasil em sua região e no mundo (Francisco, 2010). Os três são indicados como os mais importantes responsáveis pela nova formulação da política externa, além de serem referência no legado americanista da tradição diplomática brasileira. Depois de sua ação, o país entraria numa longa fase baseada em um paradigma americanista.

A existência de um paradigma de longo prazo na política externa brasileira dando prioridade a aproximação junto aos Estados Unidos é indicada por vários pesquisadores, como Maria Regina Soares de Lima e Leticia Pinheiro. O estudo clássico de Lima (1994) aponta que ao longo do século XX a política externa do país foi marcada pela presença de dois paradigmas: o *americanismo*, que pregava uma aliança especial com os Estados Unidos, e a partir dos anos 60 o paradigma *globalista*, defensor de um viés nacionalista, e que acreditava na importância da mundialização das relações exteriores em prol de um projeto de industrialização. Pinheiro (2004), por sua vez, matiza estes paradigmas apontando que o americanismo teve fases *pragmáticas* (1902-45, 1951-61, 1967-74) e *ideológicas* (1946-51, 1964-67) e também o globalismo apresentou alternâncias entre um período *grotiano* (1961-64) e um *hobbesiano* (1974-90). Outros pesquisadores apontam o óbvio: “é natural que o principal vetor da política externa brasileira [ao longo do século XX] seja seu posicionamento em relação a Washington” (Amorim, 2011: 7).

Na primeira parte deste estudo conheceremos as especificidades da conjuntura internacional da virada para o século XX com a ascensão das novas potências: Estados Unidos, Japão e Alemanha. Em seguida, abordaremos os projetos de inserção internacional dos três intelectuais analisados. Então, examinaremos alguns momentos relevantes da política externa brasileira do período que ajudaram a consolidar um paradigma americanista de política externa.

1. A conjuntura internacional

Os primeiros anos do século XX foram momento de transformação. Período de desenvolvimento industrial e comercial na Europa e nos Estados Unidos que produziu intensos movimentos internacionais de capitais. O alvo destes capitais eram as novas fronteiras nos novos Estados, onde buscavam rentabilidade maior do que em seus países de origem. Fase de transição entre o que Eric

Hobsbawm definiu como a Era dos Impérios (1875-1914) e o verdadeiro início do século XX após a Grande Guerra (1914-1918). A virada para o século XX foi também o começo da decadência da *pax britânica*, o período de 1815 a 1914 em que o Império Britânico se manteve como o *hegemon* global e desempenhou o papel de polícia do mundo. O século começava com a quebra da ordem europeia com a crise do Império Otomano, e a emergência de novos polos de poder, como Alemanha, Itália, Japão, Rússia e Estados Unidos. Momento de mundialização, em que o sistema internacional deixou de ser eurocentrado para ter um caráter mais planetário (Hobsbawm, 1989).

A necessidade de expansão dos monopólios capitalistas e sua busca por mercados consumidores esteve diretamente ligada ao desenvolvimento dos impérios coloniais. Outro fenômeno deste período foi a conexão entre os interesses das empresas e dos governos de seus países, o que explica em parte que o desenvolvimento econômico conduziu a um aumento das rivalidades entre as potências capitalistas.

Nos anos 1900, tinha início uma crise internacional formada nas contradições da economia liberal. Viviam-se uma realidade multipolar que se direcionava para a formação de blocos de poder, e era marcada pelo nacionalismo e pela agressividade. Fase de disputas interimpérialistas e corrida armamentista que prenunciavam um grande conflito armado.

Desde a segunda metade do século XVIII, os países da América Ibérica possuíam fortes vínculos econômicos com a Inglaterra. A região viveu uma realidade de “colônia comercial da Inglaterra” (Bueno, 2003: 30). No caso brasileiro, a importância deste país ao longo do século XIX foi evidente, com seu peso expresso nas trocas comerciais e nos fluxos financeiros, e isso se refletiu em suas relações internacionais. A relação com a Grã-Bretanha era o eixo central da política externa brasileira. Porém, esta supremacia foi sendo vagarosamente corroída, principalmente a partir da década de 1870, com o avanço de Alemanha e Estados Unidos em sua balança comercial. A tabela 1 mostra como, já no início do século XX, os Estados Unidos eram o mais importante parceiro comercial brasileiro, superando a primazia britânica vigente no século XIX.

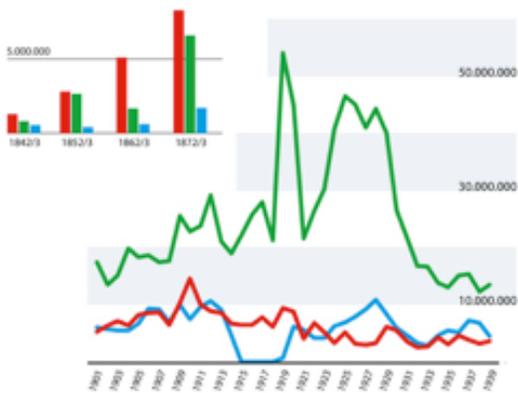
A maior presença política dos Estados Unidos na América Latina não foi necessariamente vista como negativa pela Inglaterra, que não via com maus olhos a Doutrina Monroe².

2 A Doutrina Monroe, imortalizada pela expressão “América para os americanos”, foi proferida na fase de independência dos países da região e de início foi compreendida segundo um caráter defensivo da nova configuração política regional em prol da não intervenção europeia no continente americano.

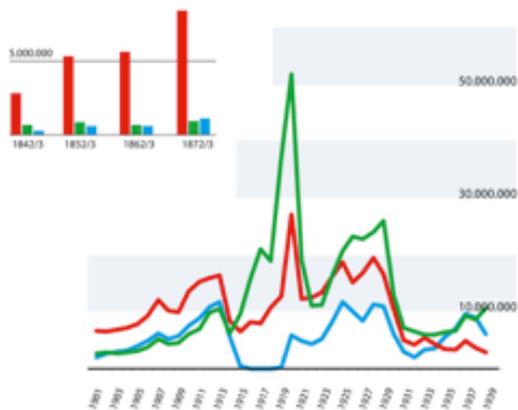
Havia uma percepção britânica de que a ascensão norte-americana faria o país cumprir o papel de polícia internacional e proteger seus interesses econômicos na região.

Tabela 1

COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA
Exportações brasileiras em libras esterlinas, países selecionados



Importações brasileiras, em libras esterlinas



Estados Unidos

Inglaterra

Alemanha

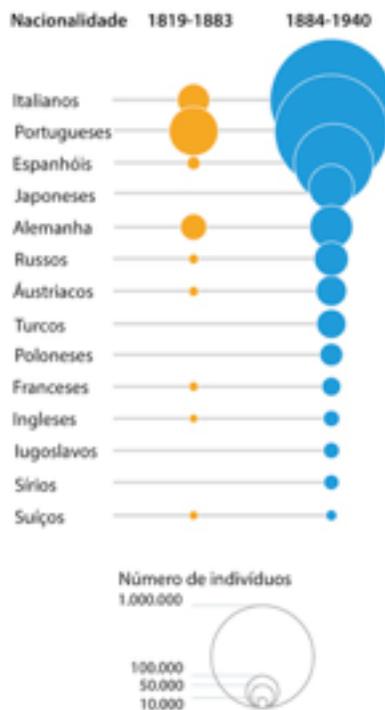
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940. Elaboração: o autor.

Por sua vez, o Império Alemão era um grande adversário para a Inglaterra, e não só no continente americano. O país tinha alta taxa de natalidade, forte desenvolvimento comercial e militar, e possuía discurso expansionista baseado na crença na superioridade da raça e na busca por prestígio nacional. No caso brasileiro, a já então forte presença de migrantes germânicos no sul do país alimentava o sonho de formação de um império na América do Sul. A tabela 2 mostra as principais origens de migrantes para o Brasil entre

o século XIX e metade do século XX, momento de maior chegada de europeus. Apesar de não possuir a mesma importância para o fluxo migratório brasileiro quanto Itália, Portugal e Espanha, os migrantes de origem germânica foram um grupo relevante entre os europeus que decidiram uma nova vida no Brasil. Severas crises econômicas e instabilidade política explicam boa parte do fator de expulsão de migrantes destas regiões e o porquê destes valores serem tão superiores ao número de indivíduos ingleses que optaram por viver no país.

Tabela 2

FLUXO MIGRATÓRIO PARA O BRASIL
Europeus e asiáticos vindos entre 1819 e 1939



Fonte: ALVIM, Z. (1998): "Imigrantes: A vida privada dos pobres do campo", em NOVAIS, F.; SEV-CENKO, N. (org.): História da vida privada no Brasil, vol. III. São Paulo: Companhia das Letras. Elaboração: o autor.

As três primeiras décadas do século XIX foram marcadas pelo interesse estadunidense na América Latina, seguidas por uma retração justificada na busca por seu desenvolvimento a partir do mercado doméstico. Somente no final desse mesmo século é que se assistiria a um retorno de um interesse pan-americano com objetivos econômicos nítidos associados a interesses geopolíticos em determinadas áreas, como no caso do Panamá.

A postura dos Estados Unidos foi se tornando cada vez mais próxima às das potências internacionais da época, coerente

com o poder político e econômico que o país galgava no ambiente internacional. Uma grande alteração de rota na política externa deste país ocorre uma virada para o século XX, marcada pela vitória na guerra contra a Espanha em 1898³. Até aquele momento, a ação internacional norte-americana havia sido caracterizada pelo expansionismo territorial e pelo forte desenvolvimento econômico e industrial interno. Nas portas para o novo século, durante os governos de McKinley (1896-1901), Theodore Roosevelt (1901-1909) e William Taft (1909-1913), a nova inflexão esteve mais evidente. É a formação da diplomacia do *big stick*. A partir daí, a política externa do país ingressou em uma etapa de disputas com as grandes potências. Se, ao longo do século XIX, o país apresentava uma identidade em oposição à política europeia belicosa e imperialista, a guerra contra a Espanha marcou uma alteração decisiva. Foi a partir deste momento que o país atualizou a Doutrina Monroe e seu Destino Manifesto, agora levando em consideração o mar do Caribe⁴. O discurso da Doutrina Monroe, que havia sido professado em 1823, tinha originalmente um caráter defensivo, anticolonialista e de não ingerência, essencialmente voltado aos países da Santa Aliança. Seria resgatado em seu âmbito ofensivo, como justificativa para intervenções estadunidenses em países latino-americanos quando percebessem sua área de segurança ameaçada.

Em dezembro de 1904, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), em sua mensagem anual ao Congresso, enuncia o que seria conhecido como o Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe. Segundo tal entendimento, qualquer crise ou comportamento internacional inadequado por parte de um país latino-americano que pudessem conduzir a uma interferência europeia no hemisfério poderia levar a uma ação preventiva de intervenção dos Estados Unidos de maneira a evitar que uma potência europeia o fizesse. A região passava a ser considerada parte do sistema internacional de poder norte-americano. Os Estados Unidos passariam a ter responsabilidades na região e zelariam pela paz e ordem no continente cumprindo um papel de polícia internacional.

3 Entre os resultados desta guerra estão a soberania estadunidense sobre Porto Rico e Filipinas e a imposição da Emenda Platt sob a constituição cubana.

4 Apesar da mudança na postura, a ação internacional do país ainda esteve envolta em um discurso de oposição às práticas europeias, e defendendo uma imagem de defensores da paz, da verdadeira liberdade e dos princípios democráticos. O país estaria colocando em prática uma missão civilizadora sobre os demais povos (Renehan, 2007; Root, 1914). Sendo um povo até há pouco colonizado por uma nação europeia, havia pressões domésticas para que não se repetisse em outros países a sujeição a que tiveram sido anteriormente expostos. Isso explica o porquê dos métodos do imperialismo estadunidense não serem semelhantes aos das demais potências. Ao controle territorial, optava-se pelas zonas de influência.

Apesar do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos nunca ter sido simétrico, o país tinha alguma importância no comércio estadunidense, sendo seu sexto maior parceiro comercial. Em importância, o Brasil vinha logo atrás de Grã-Bretanha, Alemanha, França, Canadá e Cuba em 1905-1906. Além disso, o comércio entre os dois países superava o montante dos Estados Unidos com todos os demais países sul-americanos (Ricupero, 2005).

No Brasil, as elites perceberam adequadamente a nova orientação internacional dos Estados Unidos. No início da república, o relacionamento exterior brasileiro foi redirecionado para os Estados Unidos tanto por razões políticas (evidente, por exemplo, no apoio à Revolta da Armada) quanto por razões econômicas.

2. Formuladores de política externa

2.1 Barão do Rio Branco

Rio Branco assumiu o ministério das Relações Exteriores na idade madura de sua vida e possuía em seu currículo um conjunto expressivo de vitórias em litígios internacionais, sendo a mais significativa a confirmação da soberania brasileira na região do Acre em 1903. Por estes resultados, já era uma das mais respeitadas personalidades do país antes mesmo de liderar o ministério⁵ (Viana, 1967). “Unanimidade nacional, não teve inimigos ou desafetos políticos, inclusive porque sempre entendeu que a política externa pairava sobre os partidos, facções e paixões partidárias transitórias” (Bueno, 2003: 128). Ao ocupar o cargo de chanceler, o Barão possuía uma experiência de mais de 26 anos no exterior, a maior parte passada entre Paris, Liverpool e Londres. Estudioso e analista minucioso, acompanhou de perto o núcleo do capitalismo industrial imperialista. Pôde ver as atividades de grandes empresas que muitas vezes contavam com o respaldo diplomático de seus países de origem (Doratioto, 2010). Vários pesquisadores registram como, nas negociações a respeito da questão do Acre, o Barão agiu com o receio de que os Estados Unidos pudessem intervir a favor dos interesses da *Anglo-Bolivian Syndicate*, empresa norte-americana que negociava o controle do território junto ao governo boliviano.

Rio Branco foi um admirador moderado dos Estados Unidos, país em que esteve representando o Brasil na questão de Palmas. Sua visão das repúblicas hispano-americanas, por sua vez, em consonância com outros monarquistas brasileiros, era muito negativa. Chegou a se referir com desdém a alguns destes países: “presidentes de repúblicas imaginadas (...) pretensa república do Paraguai” (Bueno, 2003: 130). Outros intelectuais, como Joaquim Nabuco, não estavam muito distantes desta percepção, como veremos mais adiante.

5 O Barão do Rio Branco ficaria no cargo de chanceler até sua morte (1902-1912). Seu funeral foi o maior em público até então.

Por índole, era monarquista, liberal e contrário à descentralização do poder. Valorizava a estabilidade e a ordem, e considerava que estas características estiveram presentes durante o Império e haviam sido responsáveis pelo prestígio do país no exterior. O afeto que Rio Branco nutria pelo sistema monárquico e pelo imperador brasileiro não o fez abrir mão da carreira pública, mas o afastou de debater elementos de política doméstica. Não aceitaria o posto de chanceler sem antes pedir um beneplácito para o deposto Pedro II. Ao ser convidado a assumir a liderança do ministério, a república brasileira já estava consolidada e mesmo o então presidente Rodrigues Alves fora conselheiro do Império. Já então, Rio Branco acreditava que não era mais momento de agitação política: “tantas reformas precipitadas e inconsideradas, o de que precisamos é fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, pôr termo às agitações e à anarquia e assegurar acima de tudo a unidade nacional” (*apud* Viana, 1959: 317).

Uma característica relevante do pensamento do Barão era seu temor de uma eventual agressão europeia à América Latina. Receio próprio do período imperialista em que vivia, reforçado por sua experiência no exterior como testemunha do núcleo do capitalismo industrial. Para ele, a proteção mais indicada à ameaça imperialista estaria na garantia da estabilidade política da região. Neste sentido, já datam desde 1904 as tentativas de acordo entre o país e Argentina e Chile na busca por mais ordem e paz na região. Preocupava-lhe a instabilidade a que as agitações de boa parte do continente conduziam. Em um despacho a Buenos Aires, afirmaria:

Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a (...) colonizar na África e na Austrália hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastados, pelas guerras civis, se ainda assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada Doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população (bem como continuará a política imperialista) e já ali se sustenta hoje o direito de desapropriação pelos mais fortes dos povos mais incompetentes (*apud* Conduru, 1998: 68).

Ao mesmo tempo em que buscava se diferenciar dos demais vizinhos, o Barão também se esforçava por não isolar o país. O relacionamento com a Argentina era difícil, ainda mais com a secular rivalidade entre os dois países que, em tempos de aumento de prestígio brasileiro, aumentava o incômodo do vizinho portenho. No início de sua gestão, o relacionamento com o Chile estava morno devido a visita do presidente Campos Sales à Argentina em 1900. Por causa da questão do Acre, as relações com a Bolívia também estavam muito difíceis.

O Barão fundou uma política externa inovadora para a região, baseada na não intervenção em assuntos domésti-

cos e de favorecimento da estabilidade regional, apoiando governos constitucionais, quaisquer que eles fossem (Doratioto, 2000).

Para Nabuco e Rio Branco, elevar o prestígio internacional do Brasil estava diretamente relacionado à crença de sua excepcionalidade regional. Mais do que isso, a importância do país o delegaria um papel regional específico: “A concepção de um Brasil diferenciado no espaço latino-americano comportava o entendimento de que lhe cabia exercer um papel de liderança. Segundo Rio Branco, o Brasil deveria imitar, no segmento sul do continente, os Estados Unidos” (Bueno, 2003: 136-137). E para isso, era importante estreitar o relacionamento com Argentina e Chile. Rio Branco não questionou as pretensões hegemônicas norte-americanas e até mesmo lhes “facilitou a tarefa” ao manifestar o desejo de ter os Estados Unidos no papel de liderança continental (Bueno, 2003, p. 145). O Barão não temia os riscos dessa aproximação. Para ele, como para muitos de sua época, a Doutrina Monroe seria algo positiva. “Ela [a Doutrina de Monroe] tem sido até hoje um espantinho para impedir intervenções europeias, e nos tem servido de muito em algumas ocasiões” (*apud* Lins, 1965: 249).

Por um lado, havia uma explicação econômica para esta aproximação. As economias dos dois países eram complementares. Aproximar-se da potência do Norte significaria maior garantia de manter este importante mercado consumidor e fonte de capitais. Diferente de hoje, àquele tempo era vista com mais naturalidade a relação em que um país se especializaria na venda de manufaturados enquanto outro em gêneros agrícolas. Não se pode ignorar que o prestígio e a estabilidade que o Barão conquistou no cargo estavam diretamente ligados a consonância de seus atos com os interesses da elite agroexportadora brasileira. Segundo Bueno,

os responsáveis pela condução dos negócios públicos, assistindo à plenitude do liberalismo econômico, não punham em causa a divisão internacional do trabalho e viam mesmo no mercado consumidor norte-americano a viabilidade do sistema econômico brasileiro fundado na agroexportação (2003: 145).

Bueno ressalta que a historiografia normalmente ignora a posição favorável do Barão diante do corolário Roosevelt. Em despacho reservado, diria Rio Branco:

Não vejo motivo para que as três principais nações da América do Sul - o Brasil, o Chile e a Argentina - se molestem com a linguagem do presidente Roosevelt e do ex-Ministro da Guerra, seu particular amigo. Ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer 'bom uso da sua independência', ou

a que deva ser aplicado pelos mais fortes o 'direito de expropriação contra os povos incompetentes', direito proclamado há tempos pelo atual presidente dos Estados Unidos (apud Lins, 1965: 333-4).

A posição de Rio Branco não era planta exótica no país. Em nota interna, o próprio Barão afirmaria que dos oito jornais cariocas em circulação somente o *Jornal do Brasil* teria feito uma leitura negativa da fala de Roosevelt. Sua percepção estava associada à preocupação constante com situações revolucionárias em repúblicas vizinhas que poderiam provocar desordens em regiões de fronteira e abalar a paz regional. A defesa do corolário se conectava com a crença de que o país não corria riscos de sofrer uma intervenção. Certamente a leitura positiva de tal corolário só era possível pelo momento de estabilidade político-institucional do país e da organização financeira empreendida no governo Campos Salles (1898-1902).

É interessante reparar a atitude do Barão a respeito do bloqueio naval imposto à Venezuela por Grã-Bretanha e Alemanha em busca do pagamento de dívidas. A postura neutra do governo norte-americano indicava que nem todas as intervenções europeias na região receberiam o mesmo tratamento pelos Estados Unidos. A posição do ministro das relações exteriores da Argentina, Luis Maria Drago, ficou internacionalmente conhecida e exortava os Estados Unidos e potências europeias a reconhecerem o direito dos países de não ter dívidas públicas cobradas por meio de intervenções militares. Rio Branco se colocou favorável à posição estadunidense sob o argumento de que o bloqueio não implicava aquisição de território. Pesou nesta decisão a preocupação com a geopolítica regional e com a credibilidade internacional do Brasil. Bueno afirma que “ao recusar a proposta de formalizar protesto conjunto, o chanceler não apareceu secundando uma iniciativa argentina, pois poderia significar um tento a favor da liderança do país platino numa América Latina composta de devedores” (Bueno, 2003: 150). Haveria uma tentativa de que a Doutrina Drago fosse debatida na III Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro, mas Nabuco pessoalmente se esforçou para que não entrasse na agenda.

A visão de mundo de Rio Branco estava fortemente marcada por uma percepção oligárquica das relações internacionais:

(...) os países que não sabem se governar, que não têm elementos suficientes para evitar as contínuas revoluções e guerras civis, que sucedem sem interrupção, não têm razão de existir e devem ceder seu lugar à outra nação mais forte, melhor organizada, mais progressista, mais viril (Barão do Rio Branco apud Bueno, 2003: 152).

A gestão de Rio Branco foi marcada pela consolidação de um

paradigma americanista nas relações internacionais do Brasil de caráter pragmático:

(...) Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião (...) Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823 até hoje, encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores (Barão do Rio Branco apud Bueno, 2003: 161).

Tal pragmatismo esteve presente também na confiança limitada na segurança que este relacionamento poderia dar ao país, especialmente em um contexto regional de rivalidade definido como um sistema de balança de poder. Rio Branco insistia junto aos presidentes Rodrigues Alves e Afonso Pena pelo rearmamento marítimo do Brasil. Por estes movimentos, os jornais publicavam caricaturas suas como um Bismarck sul-americano (Viana, 1959).

Importante constatar, porém, que as posturas defendidas tanto por Rio Branco quanto por Joaquim Nabuco tiveram caráter unilateral. A postura norte-americana era ainda mais pragmática e movida por interesses materiais mais diretos, como tarifas e comércio e não se observou uma intenção de apoiar as aspirações brasileiras.

2.2 Joaquim Nabuco

O pernambucano Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) fazia parte de uma família de tradição política, representando sua quarta geração de legisladores. Foi um dos políticos mais influentes do século XIX e teve a vida marcada pela luta contra a abolição da escravatura. Sua bandeira antiescravista teria sido animada por um “liberalismo radical” segundo alguns analistas. Por causa dela, foi taxado de “anarquista”, “comunista” e “petroleiro”, como se dizia na época (Chacon, 2001: 397). Na maturidade de sua vida, quando optou pela atuação diplomática, Nabuco mudaria seu caráter político para um viés mais conservador. É comum entre seus biógrafos apontar a clivagem no pensamento político destas duas fases.

A escolha pela diplomacia rompeu com um exílio de 10 anos da vida política nacional, momento em que se posicionara contrário ao regime republicano. Em sua autobiografia *Minha Formação* revelou que seu desejo inicial da juventude houvera sido a carreira diplomática: “Meu desejo íntimo era então continuar na diplomacia” (Nabuco, 1949: 170). Ao longo da vida, foi coerente com sua afirmação de que “politicamente, receio ter nascido cosmopolita” (Nabuco, 1949: 31)⁶.

Até há pouco tempo, os estudos a respeito de Joaquim Nabuco diplomata eram escassos. Pereira (2006) e Bueno (2003) apontam como razões para isso (1) a percepção de que esta seria uma contribuição menor do intelectual em comparação com os demais projetos de sua vida política; (2) sua adesão ardorosa ao “monroísmo”; e (3) sua perseverança na crença de relações especiais entre Brasil e Estados Unidos mesmo quando os fatos pareciam ir de encontro a esta ideia, como na Conferência da Haia. O desinteresse se soma ao fato da diplomacia brasileira recente ter iniciado uma fase de afastamento relativo e diminuição da importância dos Estados Unidos na agenda da política externa brasileira, dando destaque ao relacionamento histórico do Brasil com outros países e regiões nos estudos da área.

Assim como Rio Branco, Joaquim Nabuco era do tempo da hegemonia britânica sobre o Brasil, uma das heranças de Portugal. Durante o Segundo Reinado, os dois viveram o auge desse poder. Nabuco e o Barão tinham longa vivência em comum. Oriundos de famílias tradicionais, ambos eram estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. “Monarquistas de convicção, aceitaram trabalhar sob a república pelos mesmos motivos: a crença na continuidade da nação através das mudanças de regimes” (Pereira, 2006: 74). Os dois eram frutos de uma educação europeia e aristocrática: Nabuco era detentor de um liberalismo prático que sempre buscou traduzir-se em ação na política partidária. Paranhos era reservado e conservador. Buscava na política externa a unanimidade que lhe seria impossível na política interna.

O golpe republicano, como ocorreu a outros monarquistas, encheu Joaquim Nabuco de desânimo e justificou um longo afastamento da vida política⁶. Depois de consolidada a nova realidade política do país, Nabuco encontrou na diplomacia uma nova expressão para sua atuação pública, a que aderiu apaixonadamente. Em palavras expressas na Gazeta de Notícias de 24 de julho de 1906, afirmaria:

O destino queria que este resto de vida (...) pudessem ser empregado em uma causa, um serviço, que (...) encheu completamente na minha alma o vazio que aquela grande ideia tinha deixado. Eu me refiro à aproximação entre as duas grandes Repúblicas do Norte e do Sul” (apud Ricupero, 2005: 2).

6 A atuação diplomática de Joaquim Nabuco foi majoritariamente realizada no posto de embaixador em Washington, ainda que também tenha atuado brevemente durante o Império como representante brasileiro. morte (1902-1912). Seu funeral foi o maior em público até então.

7 Logo após a formação do governo republicano no Brasil, momento em que se mostrou fortemente pessimista, Nabuco diria: “Estamos sob um governo verdadeiramente paraguaio (...) Nunca pensei ver o Brasil rebaixado a um Paraguai, Uruguai, Equador, Argentina ou o que quisessem” (apud Bueno, 2003: 130).

Joaquim Nabuco ficaria marcado por sua defesa da aproximação do Brasil junto aos Estados Unidos. “O americanismo, como causa pessoal, chega a ele no momento preciso em que necessita transpor sua dedicação para outro plano que não o monarquismo, esvaziado pela sua progressiva aceitação do novo regime” (Pereira, 2006: 79). Nabuco nem sempre foi um americanista convicto. Neste sentido, é interessante reparar o tom de aprovação do livro de Eduardo Prado presente em seu diário:

A Ilusão Americana, o livro de Eduardo Prado, que eu tantas vezes lhe disse que ia escrever, o que será? O meu era antes - A Perda de um Continente. Expus-lhe, porém, por vezes as linhas gerais e disse-lhe que desejava que alguém o fizesse. É um gênero de propaganda em que há muito o que fazer (apud Francisco: 102).

Assim como Eduardo Prado, Nabuco acreditava no particularismo do Brasil em sua região, apesar de justificá-la em bases diferentes. Nabuco não acreditava em uma mera dicotomia entre latinos e anglo-saxões, mas no efeito nocivo que a república teria nos povos latinos. O Brasil estaria livre destes riscos pela presença da monarquia constitucional. Naquele momento, reproduzir o regime republicano ianque seria estimular a formação de governos autoritários e caudilhistas em sociedades mal adequadas a este regime.

A oportunidade de atuar em Washington surgiu com o convite do Barão para que assumisse a representação na capital dos Estados Unidos no importante momento de sua alteração para o status de embaixada. Nabuco seria o primeiro embaixador da história do país, em sua primeira embaixada.

Inicialmente, Nabuco não tinha uma imagem muito favorável dos Estados Unidos. O que admirava era em boa parte as instituições anglo-saxônicas de origem inglesa. Ressalta: “O fato é que nenhuma impressão guardei dos Estados Unidos de ordem equivalente à impressão inglesa, nem mesmo a de liberdade individual” (Nabuco, 1949: 138).

Nabuco percebia um sistema internacional ainda não constituído como um todo unificado como na contemporaneidade, mas apontava a existência do sistema europeu tradicional da balança de poder, controlado pelas seis grandes potências e que dominavam a Ásia e África, onde suas disputas eram resolvidas ou por concertação ou pelo frequente uso da força. O sistema mundial, segundo Nabuco, seria a soma dos blocos de poder independentes, cada um possuindo suas áreas de influência territoriais e que, nas relações políticas regulares entre si, contrabalanceariam suas características opostas. Neste cenário, a América do Sul estaria diante do dilema de escolher entre o monroísmo ou a colonização europeia. A esta questão, Nabuco já tinha pronta sua resposta, expressa em seu discurso de apresentação de credenciais:

Todos os votos do Brasil são (...) pelo aumento da imensa influência moral que os Estados Unidos exercem e se traduz pela existência no mundo pela primeira vez na história de uma vasta zona neutra de paz e de livre competição humana (apud Ricupero, 2005: 5).

Tal “zona neutra de paz” seria um novo bloco em contraste com o europeu percebido como instável e “beligerante”. Bueno (2003) destaca a contribuição crucial de Joaquim Nabuco como o intelectual brasileiro que mais levou à frente à interpretação do sistema internacional em que a América comporia um sistema continental distinto e com perfil internacional próprio. Como se defendesse uma redução da concentração de poder no mundo pelos europeus em prol da segurança dos Estados desarmados, como o Brasil. Acreditava que as mais importantes repúblicas do continente poderiam contribuir para a consolidação e manutenção da doutrina Monroe. Nabuco parece se adequar a afirmação de Lafer de que “a interpretação multilateral do monroísmo é parte constitutiva da doutrina de política externa brasileira” (Lafer, 2001: 67):

Quão verdadeiramente profética foi a palavra de Canning sobre sua obra, que foi obra também de Monroe: 'chamei à existência um novo mundo para restabelecer o equilíbrio antigo'. Os Estados, sem a doutrina de Monroe, não teriam restabelecido este equilíbrio (Nabuco apud Pereira, 2006: 135).

Para Nabuco, a aproximação junto aos Estados Unidos seria fundamental para garantir a integridade territorial brasileira, galgar posições no sistema de poder continental e concretizar o desenvolvimento material e político de todos os países americanos à imagem norte-americana. Sua leitura desta aproximação era bem mais radical do que a do Barão (Pereira, 2006; Nogueira, 2010).

Sua mais importante motivação foi a preocupação com a soberania do território brasileiro. Em especial, chamavam sua atenção alguns princípios da Conferência de Berlim de 1885 e que se pretendiam universais. Segundo estes princípios, o único meio legítimo de ter e manter a soberania territorial seria a exigência de posse atual e de ocupação efetiva. Afirmaria em carta a Tobias Monteiro: “Com os princípios modernos quanto à soberania de territórios não ocupados, haveria somente no vale do Amazonas campo vastíssimo para o estrangeiro, sem tocar a orla efetivamente apropriada por nós e outras nações” (apud Ricupero, 2005: 7). A Conferência de Berlim tenderia a ver os imensos territórios despovoados da América do Sul como terra sem dono. Para Nabuco, a proteção estaria na opção monroísta: “Não vejo nenhuma outra intuição da qual dependa tanto a conservação do nosso grande todo nacional”. E em outro escrito tam-

bém afirmaria: “Uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter” (apud Ricupero, 2005).

Para reforçar a preocupação com o imperialismo europeu, deve ser lembrado que o Brasil, na questão das Guianas, fazia fronteira com três países europeus, e que no torvelinho da proclamação da república a Inglaterra decidiu ocupar a Ilha de Trindade, próxima à costa do Espírito Santo. Em 1905, haveria por sua vez a questão da canhoneira Panther com o governo alemão⁸.

Se para Nabuco não havia uma alternativa europeia, também não havia uma opção latino-americana, afinal a região era desprovida de poder e marcada por instabilidade política e econômica. Além da rivalidade que o país nutria com a Argentina (Ricupero, 2005).

Por sua defesa da aproximação entre Brasil e Estados Unidos definiria-se “monroísta”, conceito comum no Brasil naquele momento. Ao longo do século XIX, o monroísmo fora compreendido a partir de uma premissa defensiva. As alterações na postura estadunidense na virada do século fariam com que o uso do termo fosse muito mais polêmico e disputado.

Nabuco apesar de estimar um relacionamento cordial entre os dois países não tapou os olhos para pontos que lhe desagradavam na sociedade estadunidense. Não aprovava sua política de intervenção na América Central:

Note você que eu não acompanho as ideias de Mr. Roosevelt sobre ocupação norte-americana, ou outra, de alfândegas, etc, de países sul-americanos. O meu monroísmo é mais largo e não me prende a esses expedientes que ele imagina para ‘justificar’ (...) a doutrina de Monroe perante a Europa (apud Ricupero, 2005)⁹.

Ricupero, ainda que faça críticas moderadas a seu idealismo,

-
- 8 Em novembro de 1905, uma escolta desembarcou de um navio militar alemão de nome Panther, sem autorização brasileira, em busca de um desertor em Itajaí (SC). O caso repercutiu na opinião pública brasileira e alcançou o Congresso Nacional, tomando dimensão de uma grave crise na relação bilateral. A questão se arrefeceu com uma explicação formal do representante alemão no Rio de Janeiro, em janeiro do ano seguinte.
- 9 Também não lhe agradavam as características sociais do país: “O maior dos jogos nacionais aqui é amontoar dollars (para os homens) e gasta-los (para as mulheres). Dollar-heaping e dollar-squandering, posso chamá-los. Depois o dar nos negros. Ainda ontem um ministro branco escapou de ser atacado pela mob por ter apertado a mão de um colega preto. Um senador, que deu um bofetão num criado de cor, dizia ao juiz: “I did not strike a man, but a negro”. Designam uma mulher de cor num documento de justiça: “A female of the genus africanus (sic)” (apud Ricupero: 12).

acredita que boa parte da preocupação de Nabuco estava em manter e melhorar o relacionamento econômico entre os dois países:

a aproximação com os EUA não foi uma construção do espírito mas a consequência lógica de uma realidade em transformação. A personalidade de Nabuco era certamente mais atraída pelas ideias gerais, mais fortemente impregnada de poesia e sentimento religioso que a do Barão e sua natureza generosa e romântica transbordava em eventuais excessos de ênfase ou de confiança. Isso que se poderia chamar o defeito de suas qualidades não lhe diminuía, entretanto, o agudo senso das realidades, inclusive das comerciais conforme revelou em relação ao imposto sobre o café e as questões econômicas em gerais (Ricupero, 2005).

Nabuco se preocupava com a opinião pública dos EUA em relação ao Brasil. Era um propagandista da cultura brasileira. Entendia suas conferências e discursos como meios de popularizar o Brasil entre os estadunidenses. Via na mestiçagem brasileira um fator de descrédito nacional que deveria ser revertido. A abolição teria aberto as portas para o “clareamento social brasileiro”. Mostrava-se preocupado com o fato de que, nos EUA, a grande propaganda argentina seria: que “são o único povo branco, ou verdadeiramente branco, na América do Sul” (*apud* Pereira, 2006: 170).

Rubens Ricupero sugere que as duas fases de destaque da vida de Joaquim Nabuco – a campanha abolicionista e a construção do paradigma diplomático em Washington – podem ser reflexos de uma vida dividida entre dois grandes momentos da História: a Era do Capital (1848 a 1875) e a Era dos Impérios (1875 a 1914), segundo os conceitos de Eric Hobsbawm. Na primeira fase, a luta pelo fim do trabalho servil, incompatível com o tipo de capitalismo industrial e o regime de assalariado em difusão pelo mundo. Na segunda fase, tanto Nabuco quanto Paranhos viveram sua maturidade no apogeu do imperialismo europeu. Foram contemporâneos da Conferência de Berlim e sua partilha da África, da abertura forçada dos portos chineses e japoneses etc. Era um período de rivalidades por protetorados e colônias, de corrida armamentista desenfreada e de exacerbação dos nacionalismos. “A doçura de viver que o Barão encontrava em Paris e Nabuco em Londres foi a última irradiação de uma civilização que em breve descobriria sua mortalidade” (Ricupero, 2005: 4).

Nabuco e Paranhos tiveram uma percepção realista da política internacional, a par das transformações por que passava sua época e perceberam a transição do eixo de poder da Europa para a América do Norte. Nabuco, para Ricupero, seria o mais teórico dos dois, e teria expressado cedo sua visão realista da política internacional como o espaço por excelên-

cia do conflito de poder e da oposição de forças. Em carta a Campos Sales, afirmaria que

Minha impressão é que para todos os países da Europa e da América o problema externo tende cada dia mais a sobrepujar os problemas internos e que estamos caminhando para uma época em que a sorte de todos eles sem exceção tem que ser afetada pela solução que tiver o conflito de influência e preponderância entre os grandes sistemas atuais de forças, como sejam a Tríplice e a Dupla Aliança, o Império Britânico, a doutrina de Monroe, etc. (*apud* Ricupero, 2005)

Ricupero nega que tal percepção beba do mesmo idealismo de Woodrow Wilson ou de Sir Norman Davies. “Ela não poderia ser mais realista, mais próxima da concepção de teóricos como Hans Morgenthau ou Henry Kissinger, para os quais o poder é o elemento definidor e decisivo das relações internacionais” (Ricupero, 2005). Ricupero exagera ao ver pragmatismo em Nabuco e ao aproximar os pontos de vista dele dos do Barão: “Conforme se nota, Rio Branco e Nabuco, apesar de diferenças ocasionais, encontram-se em perfeita sintonia no fundamental e chegavam a utilizar as mesmas palavras para manifestar essa convergência” (Ricupero, 2005). Além disso, não dá o destaque merecido para as diferenças que separavam Rio Branco e Joaquim Nabuco. Elas existiam e não demoraram aficar evidentes para os dois. Comentando sobre a postura do Barão, Nabuco comentaria: “Ele confia na Alemanha, na França, na Inglaterra, no Chile, na Argentina, não sei em quem mais, e eu só confio nos Estados Unidos” (*apud* Ricupero, 2005).

No início de suas atividades na embaixada brasileira, Nabuco acreditava estar afinado com o pensamento do Barão, mas logo algumas queixas se tornaram frequentes: quanto às verbas para a embaixada, ou quanto por uma definição mais precisa das demandas por parte do chanceler. Embates a respeito da natureza do relacionamento entre os países não tardaram a aparecer e já eram visíveis em 1905. Diria Nabuco que “o Rio Branco, esse, não me escreve, nem me diz nada, de modo que não posso conjecturar coisa alguma quanto aos planos e pensamento dele” (*apud* Pereira, 2006: 82). Certamente a ausência do chanceler no dia a dia da embaixada permitia maior autonomia para o embaixador. Nabuco estava ciente disso. Diria em carta a Domício da Gama: “O Governo nos traça o roteiro, mas a responsabilidade da navegação é nossa. Por isso não deve ter neles senão homens de confiança [...] são navios que não podem ser comandados de fora” (*apud* Pereira, 2006: 85).

De fato existiam diferenças não só na intensidade, mas também na forma de como se deveria se conformar a relação bilateral. Alexandra de Mello e Silva (1995) caracterizaria Nabuco como o pai fundador do “americanismo ideológico”

por preconizar uma aproximação com os Estados Unidos que se transformasse em uma aliança “automática e intelectual”. “Nesse sentido, pode ser considerado como o precursor de um americanismo ideológico que prevaleceria em concepções posteriores da diplomacia brasileira, construído a partir de crenças que tendem a privilegiar fatores de ordem normativa e/ou filosófica na justificativa da aliança” (1995: 102). Para ele, a aliança com os Estados Unidos seria um fim em si mesmo e por isso deveria ser caracterizada por um alinhamento automático e incondicional. Alexandra comenta que as crenças de Nabuco seriam marcadas por um realismo “ingênuo” ou às vezes por traços de idealismo. A realidade internacional para ele era definida pela dominação das grandes potências e pela existência de uma hierarquia entre as nações. Para um país sem poder, como o Brasil, a melhor defesa de sua soberania seria manter o *status quo* construir uma aliança com a potência hegemônica.

A especificidade que unia o pensamento de Nabuco e Rio Branco era a constatação de que os Estados Unidos eram o centro de um subsistema internacional de poder. Mas suas visões possuíam particularidades a respeito do relacionamento bilateral, e os dois buscavam imprimir na condução da política externa parte de sua percepção.

Pelo menos perante a opinião pública, o país estava vinculado aos Estados Unidos como caudatário da sua política externa para a América do Sul, o que Rio Branco queria ver evitado a qualquer custo. Em jornais como o *Evening Star* de 24/03/1906 se podia ler: “é a intenção do Presidente organizar uma aliança informal com o Brasil e delegar para ele a política da Doutrina Monroe na América do Sul” (apud Pereira, 2006: 100). De alguma maneira, isso não estava muito distante dos objetivos de Nabuco no tema. Ele declarava que a aproximação com os Estados Unidos eram o “alfa e o ômega da nossa política externa” (apud Bueno, 2003: 166). Afirmaria:

A Doutrina Monroe impõe aos Estados Unidos uma política externa que se começa a desenhar, e portanto a nós todos também a nossa. Em tais condições a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington. Uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter (apud Bueno, 2003: 167).

Os embates entre Nabuco e Rio Branco “tomaram a característica de um conflito de posições políticas, estilos diferentes e vaidade” (Pereira, 2006: 166). Rubens Ricupero concorda que existem elementos “acessórios” e “ultrapassados” no pensamento de Nabuco, como o monroísmo e a exaltação da amizade com a “grande República do Norte”. Mas contrapõe os críticos que se detiveram nestes tópicos e ignoraram o valor das novidades presentes em sua concepção:

a criativa elaboração do conceito de um sistema separado das Américas, distinto do europeu e reservado para ser espaço de paz e colaboração, em contraste com a essência agressiva e beligerante do sistema europeu de então (Ricupero, 2005).

No fim das contas, as ideias de Rio Branco se impuseram. Em parte por causa do componente hierárquico, mas também por causa do desfecho de certos acontecimentos históricos que acabariam por lhe dar razão, como a II Conferência de Haia, que veremos mais adiante.

2.3 Oliveira Lima

Diplomata, historiador e articulista, Manuel de Oliveira Lima teve papel de destaque na diplomacia brasileira do final do século XIX e início do XX. Boa parte de sua carreira transcorreu na gestão do Barão do Rio Branco o que fez a memória diplomática sobre seus atos e pensamento ser ofuscada pela força da tradição a respeito do patrono do Itamaraty. Paulo Roberto de Almeida, um de seus biógrafos, também lamenta a memória a seu respeito: “talvez a história tenha sido ingrata com ele” (Almeida, 2009: 97).

Polemista e de temperamento forte, considerado dissidente no corpo diplomático, Lima foi responsável por discussões duras com Joaquim Nabuco, a quem acusava de exagerar o seu americanismo, e mesmo com o Barão do Rio Branco, que certamente lhe custaram uma ascensão na carreira mais condizente com suas qualidades. Seu temperamento difícil é apontado por seus biógrafos como item relevante para a compreensão de seus feitos. De espírito provocador, vítima da “incontinência da pena” na fala de seus contemporâneos, imprudente, precipitado e muito vaidoso, seu caráter o fez receber o epíteto de “Dom Quixote gordo” por Gilberto Freyre. Através de sua atividade jornalística lançava críticas ao serviço exterior brasileiro e, em privado, aos próprios colegas do Itamaraty. As confusões a que se vinculou e a promessa de uma carreira brilhante não completamente realizada fizeram Almeida o definir como um “personagem de certa forma *gauche* na vida” (Almeida, 2009: 98).

Foi eleito como membro da Academia Brasileira de Letras em 1897 quando ainda tinha 29 anos, na frente de outras grandes figuras, como o próprio Barão do Rio Branco, que foi eleito para a cadeira número 34 em 1898. O discurso de posse de Oliveira Lima na ABL foi uma crítica indireta aos atos da política externa contemporânea e do estilo de trabalho dentro do Itamaraty. Personagem por muito tempo ignorado e que agora vem sendo resgatado pela historiografia.

Oliveira Lima, de origem familiar modesta, foi um jornalista literário e um político de orientação republicana. Não vinha de família tradicional, mas o pernambucano conseguiu a ajuda de padrinhos políticos para entrar na carreira diplo-

mática, prática bem comum à época. Ingressou no Itamaraty já no período republicano e, apesar de jovem (era 22 anos mais moço do que Rio Branco), conseguiu despontar na intelectualidade brasileira de sua época tendo mantido amizade com o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Machado de Assis. O relacionamento com o Barão inicialmente foi marcado por uma admiração mútua provavelmente baseada em gostos comuns:

um estilo de reflexão e de linguagem fortemente baseado no método histórico, a busca incessante de manuscritos, de velhos mapas, a frequência de alguns arquivos e também, claro, os contatos feitos por amigos comuns (Almeida, 2009: 98).

O bom relacionamento com Rio Branco sofreu um de seus primeiros revezes quando teve sua remoção do Japão para o Peru em 1902. Para Oliveira Lima, o ato era um rebaixamento, em especial por causa dos interesses pelos arquivos históricos. Seu objetivo estava em uma transferência para a Europa, como confessou em correspondência a Nabuco. A resistência em assumir o novo posto e o aumento da agressividade na ordem por parte do Barão lhe ficariam marcadas. Em telegrama para Joaquim Nabuco, afirmaria: “O Rio Branco tem tido o talento e a fortuna de contentar toda a gente: para mim somente reserva suas iras. (...) Elenão será eterno e tem 22 ou 24 anos mais do que eu. É meu consolo” (apud Almeida, 2009: 100).

O atraso em se apresentar para o cargo indicado, fez com que não fosse mais compatível com a função e foi por isso removido para a Venezuela, onde só iria assumir em 1905¹⁰. No posto, acumularia a função de colaborador do jornal *Correio da Manhã* com artigos sobre a carreira diplomática (e o projeto de sua reformulação) e mais tarde para O Estado de São Paulo, com suas impressões a respeito da inserção internacional do Brasil e das relações internacionais regionais como um todo.

A natureza da relação com os Estados Unidos foi um elemento de atrito com Joaquim Nabuco e Rio Branco. Lima era inicialmente favorável a uma política de aproximação junto aos Estados Unidos. Era defensor do monroísmo, mas até onde ele fosse respeitoso das soberanias americanas e por isso, era desconfiado das pretensões de Roosevelt. Oliveira Lima, em um entendimento realista das assimetrias entre as duas Américas, nutria grande desconfiança da postura norte-americana. Combateu Theodore Roosevelt e sua doutrina

do *big stick* a ponto de ser considerado no Brasil como seu inimigo. Seus textos no Estado de São Paulo foram taxados de inconvenientes pelo então senador Francisco Glicério, com algum respaldo do presidente Rodrigues Alves. Sua influência também se marca pela defesa da Doutrina Drago. Sua postura pragmática frente à nova potência, de início, o aproximou do Barão. Era crítico das posições de Joaquim Nabuco e passou a acusá-lo de “exagerar o seu americanismo”. A diferença de pensamento estava clara para os dois. Em carta a Artur Orlando, Nabuco se queixaria:

O Oliveira Lima procura espalhar desconfianças contra os Estados Unidos. Com que fim? Mesmo no caso de serem elas justificadas, a nossa política melhor era fazer-nos amigos e não inimigos deles, ter sua amizade e não o seu indiferentismo (apud Chacon, 2001: 402).

O caráter pragmático da postura de Oliveira Lima está expresso em seu livro *Nos Estados Unidos* (1899), em que analisa a formação e as características da sociedade estadunidense. A fase da escrita deste livro é definida como monroísta por Malatian (1999). Neste momento, a aproximação junto aos Estados Unidos seria benéfica para os países sul-americanos por ser um modelo de progresso de civilização, segundo a visão de Oliveira Lima.

Na última década do século XIX, o pensamento político a respeito da inserção internacional brasileira dividia-se em um grupo liderado por Eduardo Prado e Joaquim Nabuco (e suas obras *A Ilusão Americana* e *Balmaceda*), que não percebiam os Estados Unidos como modelo de desenvolvimento para o Brasil. Este grupo tinha uma grande variedade de argumentos para esse entendimento, como as diferenças entre as “raças” latina e anglo-saxônica ou a incapacidade de inserção do utilitarismo da sociedade norte-americana em um ambiente fortemente influenciado por tradições europeias não favoráveis (Santos, 2003).

Um segundo grupo, composto por Oliveira Lima (em especial seu livro *Nos Estados Unidos*), via favoravelmente a possibilidade de emular o modelo estadunidense como uma maneira de evitar que o republicanismo brasileiro se “degenerasse” como visto nas repúblicas hispano-americanas¹¹.

Malatian (1999) aponta o período em que Lima ficou no Rio de Janeiro à espera de uma nova nomeação após não ter atendido prontamente ao chamado para o posto no Peru como momento de inflexão de sua antiga posição americanista.

10 Rio Branco se preocupava com a influência que o Peru poderia realizar nas negociações entre Brasil e Bolívia a respeito do território do Acre. A questão foi resolvida em 1903 com o Tratado do Rio de Janeiro e por isso não fez mais sentido a presença de Lima na capital peruana.

11 Nesse sentido, este grupo se opunha ao pensamento do uruguaio José Henrique Rodó, que em obras como *Ariel*, defendia uma tradição ibérica para os países da região.

O primeiro artigo presente em seu livro *Pan-americanismo* (“O Sr. Drago, o caso da Venezuela e a Doutrina Monroe”) defende expressamente a Doutrina Drago afirmando que o ex-ministro argentino teria sido o único político do mundo latino-americano a ter coragem de “latinizar” a Doutrina Monroe (1980: 21). Não se podia creditar os Estados Unidos como os únicos fiadores do antigo monroísmo e os Estados da América Latina deveriam compartilhar os princípios de Monroe como maneira de evitar riscos às suas soberanias.

Em outros artigos n’O Estado de São Paulo, defendeu que a postura de Roosevelt foi uma ruptura no comportamento estadunidense na busca por tutelar os demais países americanos, camuflando tal interesse sob o manto da antiga doutrina Monroe. Para Oliveira Lima, o “monroísmo é e constantemente foi uma teoria de governo para uso particular do inventor, e um compromisso unilateral ou tomado só com a população nacional, de seguir certa regra de proceder internacional” (1980: 37). Assim, percebia uma postura norte-americana de “hegemonia hemisférica” (p. 42). Se anteriormente a postura americana monroísta possuía caráter defensivo, via surgir uma nova vertente nas relações internacionais deste país, agora ofensiva, e que denominou de *rooseveltismo*:

novíssima doutrina de Roosevelt, de necessária administração pelos Estados Unidos das finanças de alguns dos países latinos do continente, ameaçados de compulsão e sujeição por nações europeias suas credoras ou patronas dos seus credores (p. 60).

Logo depois de se instalar no posto diplomático em Caracas, passou a nutrir grande admiração por este país e seu presidente, o General Cipriano Castro. Nabuco comentaria sobre ele: “está tomado de admiração pelo Castro, por Venezuela, e acredita tudo o que lhe dizem contra os americanos. É muito perigosa a propaganda que ele me diz estar fazendo” (*apud* Pereira, 2006: 2002).

Lima só via utilidade na doutrina Monroe se ela se multilateralizasse e perdesse o caráter interventor típico do governo Roosevelt. A seguridade continental, tema também importante para Joaquim Nabuco, era compreendida por Oliveira Lima unicamente se o monroísmo fosse “latinizado”, unindo a Doutrina Drago com a Doutrina Monroe. Enquanto assim não ocorresse, o pan-americanismo seria apenas expressão do imperialismo dos Estados Unidos:

O Sr. Presidente da República, decerto, compreende a Doutrina de Monroe e a interpreta no mesmo sentido em que eu sempre a quis compreender e interpretar: a de uma doutrina comum ao Novo Mundo, cabendo proporcionalmente os seus deveres e responsabilidades a cada uma das potências americanas com capacidade

para assumir a direção dos seus próprios destinos (Oliveira Lima *apud* Pereira, 2006: 204).

Para Lima, a Doutrina Monroe sempre teria sido egoísta, sem bases altruístas ou responsabilidades comuns. Além disso, não percebia os Estados Unidos como superior aos demais países da América Latina. Era um igual, não um líder.

3. Os desafios da política externa na Primeira República

Vejamus comparativamente alguns dos momentos mais relevantes da política externa brasileira em relação aos Estados Unidos e aos vizinhos do continente e quais os posicionamentos adotados pelos três diplomatas aqui analisados.

3.1 A elevação das legações de Washington e do Rio de Janeiro à embaixada

O projeto de criação de uma embaixada brasileira em Washington foi um ato idealizado pelo Barão do Rio Branco com o objetivo de expandir o prestígio brasileiro diante do conjunto das nações do continente. A partir deste momento, o Brasil teria acesso mais facilitado à cúpula do poder norte-americano do que seus vizinhos argentinos e chilenos.

O Barão decidiu convidar Joaquim Nabuco para a liderança da nova representação diplomática. Nabuco, nos momentos em que se espriavam boatos sobre a elevação da legação brasileira em Washington, se colocara contrário, questionando a viabilidade financeira (“luxo injustificável”, “megalomania condenável”) e mesmo sua adequação ao cargo de embaixador (Ricupero, 2005). Mas logo reavaliaria suas percepções para se tornar um de seus maiores entusiastas, vendo a criação da embaixada como “um rasgo de audácia e de inspiração que abriu ao país e à América do Sul toda novos e largos horizontes”. Para ele “em nossa vida internacional ato algum produziu ainda o efeito desse” (*apud* Pereira, 2006: 70).

A criação de uma embaixada no início do século XX era um fenômeno raro, normalmente reservado para as grandes potências. Em 1905, não havia nenhuma embaixada no Rio de Janeiro, por exemplo. Na capital norte-americana, só havia sete (Alemanha, Áustria-Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália, Rússia e México).

Pelo lado dos Estados Unidos, segundo a linguagem simbólica do formalismo protocolar, o Brasil seria então o mais importante parceiro na América do Sul, o que reforçava o caráter emblemático almejado pela diplomacia brasileira. O ato também foi interpretado na Europa como a criação de uma *entente* Brasil-Estados Unidos, onde o primeiro país almejava estabelecer sua hegemonia na América Latina a partir de uma eventual divisão de responsabilidades na aplicação da Doutrina Monroe. Na Argentina, não foi muito diferente. A imprensa apontou o risco de uma hegemo-

nia regional brasileira e de um subimperialismo (Francisco, 2010). A ação era resultado da percepção do Barão da alteração das correlações de força no ambiente internacional:

A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com quem contar (...). As definições da política externa norte-americanas são feitas (...) sem ambiguidades, com arrogante franqueza, sobretudo quando visam os mais poderosos governos da Europa, e o que acontece é que estes não protestam nem reagem, antes acolhem bem as intervenções americanas...” (apud Ricupero: 8).

Os biógrafos de Oliveira Lima não costumam apontar suas observações a respeito da decisão do governo brasileiro. Provavelmente, Lima não se expressou publicamente sobre a elevação das embaixadas, mas é importante registrar que já no ano de 1906 o diplomata tinha consolidado sua percepção crítica sobre a aproximação dos dois países, apesar de também perceber que a ascensão dos Estados Unidos como uma nova potência internacional era inescapável.

3.2 Pan-americanismo

As conferências pan-americanas ocorreram a partir do final do século XIX e foram idealizadas pelo secretário de estado dos Estados Unidos, James G. Blaine. Uma de suas intenções era favorecer o relacionamento comercial dos países do continente com a potência do Norte. A prioridade neste tema fica expressa no único resultado concreto de seu primeiro encontro: a formação do Departamento Comercial das Repúblicas Americanas. A primeira Conferência Internacional Americana ocorreu em Washington de outubro de 1889 a abril de 1890. Diversos destes encontros ocorreriam ao longo da primeira metade do século XX em capitais do continente até que na Conferência de Bogotá de 1948 foi fundada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Na Imagem 1, podemos ver as datas e os locais de todos estes encontros:

A III Conferência Pan-Americana ocorreu no Rio de Janeiro e foi resultado de negociação realizada pela diplomacia brasileira. A organização do evento, a cargo do Itamaraty, buscou não criar constrangimentos entre os países ou transformar o evento em uma disputa de posições políticas. Para tanto contou com o trabalho diplomático de Nabuco e Rio Branco e com a iniciativa da maioria dos países, em especial dos Estados Unidos. No programa previamente acordado da conferência constavam basicamente itens consensuais. Temas como a Doutrina Drago foram limados do debate, em parte por esforço pessoal de Nabuco.

Rio Branco se preocupou com as posições de Joaquim Nabuco na Conferência e o instruiu no sentido de uma postura pragmática para o Brasil durante o evento: “em alguns casos

Imagem 1



ficaremos vencidos ou sacrificaremos os interesses do Brasil [...] não vamos a congressos para subscrever o que os outros querem, mas sim para fazer prevalecer as nossas ideias ou aceitar as que nos pareçam boas e convenientes” (apud Pereira, 2006: 95-96).

Para Nabuco, o evento havia ganhado ainda mais importância quando Elihut Root declarou que se faria presente. Era a primeira vez que um secretário de Estado deixava o território norte-americano. Sobre isto, haveria um ponto de conflito entre ele e Rio Branco. Nabuco tentou influenciar a postura do Barão na conferência. Em carta à Graça Aranha (dez/1905) afirmaria que

do ponto de vista americano a visita do Secretário de Estado (é a primeira vez) equivale no nosso continente às visitas reais da Europa com fim político. É o maior passo que esta nação poderia dar [...] a reunião do Congresso perde toda a importância diante dessa visita, exceto como quadro decorativo para ela (apud Pereira, 2006: 96).

Para Nabuco, Root parecia estar cada vez mais convencido de que era com o Brasil que melhor se daria uma política continental, enquanto que Rio Branco se mostrava bem mais reticente nesta aproximação. De Washington, Nabuco estava preocupado por não encontrar o entusiasmo esperado no Barão. “Para Nabuco o saldo da conferência seria ca-

tastrófico caso os norte-americanos levassem para um lado ruim a eventual frieza da recepção” (Pereira, 2006: 97). Diria a Rio Branco: “Estou tremendo por pensar que você não aproveitará a ocasião maior, única, de sua vida. Eu acredito estar chocando para você e o presidente [...] um ovo de água, mas tenho medo de que levado para aí ele saia gorado por falta de calor monroísta no governo e no país” (apud Pereira, 2006: 97). Da conferência, também restaria o incômodo de Nabuco por não ver atendida sua solicitação de que o Barão retribuísse a visita do secretário Root. Diria Nabuco que “o Presidente e o Secretário de Estado ligam importância histórica a esta visita. Enquanto ela não for paga, estaremos em dívida. Não reconhecer tal dívida me parece um mau efeito” (apud Pereira, 2006: 99).¹²

O Barão do Rio Branco realizou o discurso oficial de abertura do evento. Confirmando o caráter pragmático da política externa de sua gestão, reafirmaria o projeto de aproximação das nações americanas, mas também valorizaria as relações favoráveis com a Europa, de que reconheceu um importante legado para a região.

Oliveira Lima era a voz crítica brasileira a respeito do evento. De início, cumprimentou Nabuco pelo sucesso em conseguir que Root participasse da conferência, mas logo se mostraria receoso que o encontro fosse usado como um endosso dos países latino-americanos ao corolário Roosevelt. As posições duras de Lima a respeito da Conferência marcaram negativamente sua amizade com Joaquim Nabuco. Em sua aposentadoria, lembraria:

E como nessa ocasião se dissesse nos jornais que o Secretário Root não iria afinal à América do Sul como instava o nosso Embaixador, eu escrevi humoristicamente a Nabuco que ele estava *rootless* (“desenraizado”). Nabuco tomou mal a brincadeira e respondeu-me que eu devia notar que ele estava espaçando a correspondência comigo e era porque eu parecia empenhado em demolir o quanto ele idealizava. Cessou naturalmente também nossa amizade (apud Forster, 2011: 113).

A distância que adquiriu de Nabuco o fez se aproximar de Paranhos, o que demonstra uma personalidade ao mesmo tempo polêmica e pragmática. Seu livro *Pan-Americanismo* foi dedicado ao Barão. Sobre o discurso inaugural do chanceler, diria:

Ao Barão do Rio Branco, que no seu discurso de abertura da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro indicou a esta reunião continental a verdadeira orientação

que lhe cumpria seguir, e serenamente obstar à enfeudação do Brasil, com aspirações e tradições próprias, ao sistema norte-americano (apud Forster, 2011: 114).

3.3 Conferência de Paz da Haia

As Conferências da Haia de 1899 e 1907 estão entre as primeiras negociações multilaterais a respeito das leis e crimes de guerra no Direito Internacional e delas surgiram os primeiros tratados internacionais de âmbito multilateral a respeito das condutas durante guerras. O segundo encontro em 1907 tem grande importância para se pensar o histórico do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. A participação no evento foi mais uma das estratégias do Barão para aumentar o prestígio internacional brasileiro, não apenas na escala continental, mas mundial¹³. Rio Branco havia pensado inicialmente no nome de Joaquim Nabuco para chefiar a delegação do país, mas optou por Rui Barbosa após campanha de jornais brasileiros. Nabuco, convidado então para a função de segundo delegado recusou o convite: “Eu não posso ir a Haia como segundo e ele só pode ir como primeiro” (apud Pereira, 2006: 176).

Pereira destaca que a atuação brasileira no evento contou com duas fases. Na primeira, Rui era visto como um representante irritante por causa de seus longos discursos de uma nação pouco expressiva internacionalmente. No segundo momento, após o que ficou conhecido como “incidente Martens”¹⁴ de 12 de julho, o país passou a marcar posições e Rui começou a ganhar maior destaque.

Parte do programa do evento dizia respeito à constituição da Corte de Arbitragem Internacional, criada na primeira conferência e que se buscava aprimorar no segundo encontro. Seus juízes, que antes pertenceriam a todos os países, na segunda conferência passaram a ser divididos entre permanentes (oriundos das oito grandes potências mais a Holanda) e os demais magistrados, cada um representando um grupo de nações. O Brasil estaria em um destes grupos junto com nove nações americanas.

Rio Branco e Barbosa se ofenderam com tal proposta e se opuseram à medida. Desta maneira, o país passou a figurar do lado oposto dos Estados Unidos. Alternativas foram tentadas, mas não conseguiram avançar. Rio Branco percebeu que não seria possível lançar qualquer medida sem apoio norte-americano e determinou o retorno da posição brasileira à defesa original da igualdade entre

12 A tradição de retribuir uma visita diplomática existe até hoje nas relações internacionais.

13 A conferência antecedente de 1899 não contou com a participação brasileira por desinteresse na agenda do encontro.

14 O diplomata russo Martens pediu a Rui Barbosa para que se abstivesse de comentários políticos. De improviso, Rui Barbosa respondeu afirmando a essência política do evento.

as nações. O resultado desta postura foi o aumento da importância e do prestígio brasileiros ao ser considerado um baluarte das pequenas nações e defensor da igualdade irrestrita entre os Estados.

Dos quatro grandes temas da conferência – Doutrina Drago, a Corte Internacional de Justiça, a Corte Internacional de Presas e a arbitragem compulsiva –, Brasil e EUA discordaram em três. Ao contrário de Rio Branco, Nabuco ficou descontente com o resultado. Nabuco até reconheceu parte da culpa do desencontro à delegação dos Estados Unidos, mas defendia durante a conferência o abandono da defesa da igualdade entre as nações (Pereira, 2006). Nabuco considerou o resultado tão negativo que cogitou a aposentadoria (p. 187). Logo, porém, passaria a ver Haia como um acontecimento isolado que não deveria abalar o relacionamento bilateral.

3.4 Projeto ABC

Logo após a Conferência da Haia, o país propôs um acordo entre Argentina, Brasil e Chile. Quando o projeto ainda era boato, Nabuco já se posicionava: “Falou-me Root de um projeto de aliança entre o Brasil, a Argentina e o Chile. Nada pude dizer-lhe, mas se passamos o nosso eixo de segurança, por causa do Choate, dos Estados Unidos para o Rio da Prata, estamos bem garantidos”¹⁵ (apud Pereira, 2006: 189). Só os boatos de tal proposta já eram de grande pesar para Nabuco. Para ele, tal aliança seria percebida como contrária ao poder norte-americano e qualquer medida neste sentido deveria ser antes muito bem explicada junto ao governo dos Estados Unidos.

As tentativas para tal acordo só seriam bem sucedidas depois de 1915. Antes disso, o então ministro argentino das relações exteriores, Estanislau Zeballos, colocou grandes empecilhos à aproximação dos dois países, a ponto de sua imagem na historiografia brasileira ser de um “arqui-inimigo de Rio Branco e do Brasil” (Pereira, 2006: 192). Zeballos incentivava internamente uma disputa pela equiparação das forças militares com o Brasil. Um de seus atos mais marcantes a respeito da rivalidade com Rio Branco foi a falsificação de um telegrama onde o Barão supostamente faria referências desleais à Argentina. Constataria Rio Branco a Nabuco: “Não há cordialidade possível em Brasil e Chile de um lado e Argentina do outro enquanto Zeballos for Ministro influente (...) Retirada Zeballos parece certa, mas abalo que produziu

persistirá por algum tempo”. Nabuco pensava o oposto: “O Zeballos prestou-nos um grande serviço de impedir que quiséssemos fazer política sob o ressentimento de Haia (apud Pereira, 2006: 193).

A proposta de Rio Branco não era de confrontação. A união da América Latina como contraponto aos Estados Unidos lhe parecia inútil e fora de questão, até mesmo “ridícula” por causa das diferenças de forças e recursos e da separação existente entre os povos (Bueno, 2003: 175). Sua intenção para evitar atentados contra a soberania seria garantir a estabilidade política da região. Ainda em 1904 falaria com o ministro plenipotenciário argentino no Rio de Janeiro, Manoel Gorostiaga, “sobre a conveniência de um tratado de arbitramento geral entre o Brasil e a República Argentina, e sobre a utilidade de algum acordo entre as duas Repúblicas e a do Chile” com o objetivo de pôr fim às revoluções na região (Conduru, 1998: 75). Paranhos percebia os distúrbios frequentes como responsáveis por desacreditar “na Europa e nos Estados Unidos todos os latinos ou latinizados da América”. Além de serem um

um verdadeiro perigo [...] em futuro não muito remoto [...] para os países da América Latina, devastados pelas guerras civis, se ainda assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população, política imperialista e já ali se sustenta o direito de desapropriação, pelos mais fortes, dos povos incompetentes” (Bueno, 2003: 182).

A eventual entente não se concretizou, mas foi motivo de preocupação entre as nações menores da região que tinham alguma questão com integrantes do ABC, como era o caso dos peruanos e a questão de Tacna e Arica com o Chile ou seus limites com o Brasil. O pacto não avançou durante o período de Rio Branco, mas os três países esboçaram uma atuação concertada durante a Quarta Conferência Internacional Americana em 1910 em Buenos Aires.

Por sua vez, Oliveira Lima percebia uma clivagem entre América Inglesa e América Latina, e que os países desta última região deveriam se aproximar. Em especial, acreditava na importância do relacionamento entre Brasil e Argentina. Apontava que esta aproximação seria facilitada pela resolução do conflito territorial entre os dois países na região de Palmas e que interessava ao poder norte-americano que os países da região não conseguissem ter um bom relacionamento. Desconfiava do esforço de aproximação do Barão junto aos Estados Unidos, e entendia que a prioridade inicial deveriam ser os países da América Latina, unidos ao redor de uma herança comum, ibérica. Acreditava em um posicionamento muito mais linear e equitativo entre os dois lados do continente, sem submissão aos Estados Unidos:

15 Nabuco sugeriu a responsabilidade das posturas assumidas pelos Estados Unidos na Conferência de Haia à ação individual de seu representante, Joseph Choate, que estaria distante dos paradigmas da verdadeira política externa americana indicada por Roosevelt e Root (Pereira, 2006).

O predomínio norte-americano deixaria de ser uma realidade se entre os países latinos do continente vinguisse o espírito de solidariedade a que deviam em tal campo tender e que não é forçosamente infenso à cordialidade, mesmo à união com o elemento anglo-saxônico (*apud* Forster, 2011: 115).

Lima até percebia uma superioridade da cultura e civilizações ibero-americanas:

Para ser completo o pan-americanismo, mister seria que os Estados Unidos se associassem à América Latina, com a importância e influência, o prestígio, a superioridade a que lhe dá direito sua civilização – o contrário não seria humano – mas sem quaisquer pensamentos, manifestos ou reservados, de predomínio direto, que melindram e tornam suspicaz o elemento mais fraco (*apud* Forster, 2011: 115).

Conclusão

Os três atores analisados neste estudo dialogam por meio do conceito do *pan-americanismo*, que caracterizava a política externa dos primeiros anos do século XX. Tal conceito, porém, carregava uma grande variedade de significados, e cada um dos três operou no sentido de conduzir a PEB na direção que considerava mais coerente.

À opção entre monarquia e república, Estados Unidos ou Europa, seria acrescentada mais uma alternativa. Este debate seria ainda mais complexo com a vertente do latino-americanismo, que defendia uma identidade regional e foi simbolizada pelos escritos do uruguaio José Henrique Rodó, em especial seu livro *Ariel*.

A possibilidade de uma maior aproximação junto aos Estados Unidos não foi uma criação da Primeira República. Ela esteve presente ao longo do século XIX de forma latente. Deve-se lembrar a visita de D. Pedro II ao país e o fato de que foram os Estados Unidos o primeiro país fora da imediata vizinhança brasileira a reconhecer sua emancipação política de Portugal. Observe-se que os Estados Unidos foram fonte de inspiração para revoltas nativistas no período colonial (assim como a Revolução Francesa e em alguns momentos a Haitiana), além de servir de paradigma para os republicanos do Segundo Reinado.

Ainda assim, não se pode ignorar que nem Rio Branco, nem Nabuco ou mesmo a aproximação entre os dois países eram consenso no Brasil. Parte da imprensa e dos intelectuais de então eram forte opositores a esta política e seus executores. Jornais como *O Estado de São Paulo* brigaram grupos opositores. Porém, eram parcela menor da opinião pública, uma vez que a amizade com os Estados Unidos e o monroísmo eram de modo geral bem vistos no país (Pereira, 2006: 196).

Uma das visões mais consolidadas a que a opção americana tinha que se confrontar era a crença de uma unidade cultural com a Europa, como simbolizou o livro de Eduardo Prado *A Ilusão Americana*. O livro foi escrito ainda no calor da Revolta da Armada de 1893 e criticava o que via como cópia brasileira de instituições norte-americanas. Em sua percepção não haveria naturalidade na identificação cultural e histórica entre os dois países. Em retrospecto histórico apontava o quão desastroso teria sido o relacionamento entre os países americanos, indicando que a “fraternidade americana é uma mentira” (Prado, 1980: 18). Defendia o distanciamento brasileiro dos Estados Unidos e de sua política imperialista. Não entendia o relacionamento comercial entre os dois países como subordinação brasileira, mas sim interdependência mútua. Seu livro é mesmo uma crítica mais geral à república como forma de governo (seria ela a que mais protegeria os abusos do capitalismo); sendo a monarquia mais estável, via neste regime flexibilidade para enfrentar mudanças. Prado morreu em 1901, antes da posse de Rio Branco e da indicação de Nabuco para a embaixada nos Estados Unidos, mas sua influência foi grande e sobre isso falaria Nabuco:

A 'Ilusão Americana' do Prado é um livrinho que nos faz muito mal, entretém no espírito público a desconfiança contra este país, nosso único aliado possível (*apud* Pereira 2006: 200).

O debate a respeito do americanismo mobilizou a intelectualidade brasileira. De um lado estavam os mais otimistas, como Joaquim Nabuco, Artur Orlando, Euclides de Cunha, Araripe Jr., do outro lado estavam os opositores da aproximação junto aos Estados Unidos como Oliveira Lima, Eduardo Prado, José Veríssimo e Manoel Bonfim¹⁶.

Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima estavam na linha de frente de um debate doméstico a respeito da melhor forma de inserção internacional para o Brasil, que particularmente neste momento era pensada em conjunto com a formação de um novo projeto de país e que tipo de civilização seria modelo para o desenvolvimento do Estado brasileiro.

O que ocorreu foi a transferência do eixo da política externa brasileira de Londres para Washington e a consolidação do novo paradigma americanista que perduraria mais ou menos hegemônico até 1961 com a ascensão do governo Jânio Quadros e a formação da Política Externa Independente. Desde então, até o final do regime ditato-

16 Um dos espaços de divulgação das ideias daqueles mais favoráveis à doutrina de Monroe foi a Revista Americana, projeto de divulgação do pan-americanismo no Brasil (Baggio, 2000).

rial, o país veria a disputa entre os defensores de uma inserção internacional mais próxima aos Estados Unidos, de modo ideológico ou pragmático, e aqueles que acreditavam em um projeto universalista, que privilegiaria a aproximação junto aos países em desenvolvimento.

Francisco aponta que conceituar o período como de americanização não deve nos fazer privilegiar as tendências maiores do processo em detrimento da atuação política dos agentes. Não se pode esquecer que a consolidação de um padrão de conduta foi resultado de um debate político complexo onde competiam entre si projetos que privilegiavam uma aproximação regional (latino-americanismo) e de uma identidade cultural europeia (iberismo). Os projetos de inserção internacional de caráter regional recebiam todos o título de pan-americanistas, apesar da diversidade de visões de seus diversos apoiadores, como Nabuco, Lima e Paranhos. Francisco afirma:

Dessa forma, observar os debates de então é entender que a mudança operada nas décadas iniciais da República não pode ser, portanto, caracterizada como um simples processo de reorientação na busca de um parceiro preferencial no cenário internacional. Ao final do Oitocentos, o debate aponta para o fato de que as diretrizes de política externa eram discutidas à luz de uma preocupação maior: quem, no cenário internacional, deveria ser eleito pelas elites brasileiras como modelo para o processo de formação do Estado brasileiro? (Francisco, 2010)

É neste sentido que se deve compreender a posição dos intelectuais da época. Eduardo Prado, por exemplo, mais do que opositor à política externa dos Estados Unidos, defendia um projeto iberista de inserção internacional em contraposição a um modelo americanista.

Um estudo atento do pensamento em política externa dos intelectuais desta fase da Primeira República ajuda a desconstruir a imagem do Barão do Rio Branco como o grande e único formulador de política externa de seu tempo, líder com grande magnetismo, consenso de sua época e que pairava sobre os debates políticos domésticos. A tradição da historiografia diplomática que valorizava os feitos do Barão vem sendo substituída pelo entendimento de que, apesar de Paranhos ter conseguido impor sua percepção à condução da política externa do período, o paradigma americanista legado para as gerações seguintes tenha sido por muito tempo identificado com a estrutura discursiva apresentada por Joaquim Nabuco, defensor de uma “aliança não escrita” com os Estados Unidos.

O paradigma estabelecido parece ser muito próximo ao entendimento do teórico argentino de relações internacionais Carlos Escudé (1992)¹⁷, que defendeu para seu país nos anos

1990 uma política externa baseada no que chamou *derealismo* periférico. Tal entendimento percebia as relações internacionais de seu período do ponto de vista da periferia, dividida entre os que possuiriam poder, os que não o teriam, e os Estados rebeldes. A ação internacional no realismo periférico seria focada no desenvolvimento do país, mas de modo a evitar conflitos com as potências. Autonomia não seria pensada como a liberdade de agir, mas sim nos custos do uso de tal liberdade. Para Escudé, o realismo periférico tornaria possível uma aliança privilegiada entre seu país e os Estados Unidos.

Apesar das diferenças no debate do desenvolvimento e da integração regional presente no realismo periférico, frutos também da grande distância no tempo, que dificultam a comparação entre os dois períodos, resta a constatação de um país que se considera grande, mas receia enfrentar as potências. Nabuco parece ter sido o mais próximo destas preocupações em seu tempo. As propostas dos três intelectuais e políticos brasileiros giram ao redor da dificuldade de como inserir um país periférico em um sistema de poder oligárquico e como deveria este país lidar com os demais países da periferia. A possibilidade de fazer parte da elite mundial nunca seria tão forte quanto agora no início do século XXI, questionando se este debate não está de fato superado.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de (2009). Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República. *Historia Actual On Line*, Núm. 19 (Primavera, 2009), 97-108.

AMORIM NETO, Otávio (2011). De Dutra a Lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier.

BAGGIO, Kátia Gerab (2000). Os intelectuais brasileiros e o pan-americanismo: A Revista Americana (1909-1919). *Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC*. Salvador.

BUENO, Clodoaldo (2012). O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902–1912). *Rev. Bras. Polít. Int.* 55 (2): 170-189.

_____. (2003). *Política Externa da Primeira República: Os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

17 Diz Escudé: “devemos alinhar-nos com a potência hegemônica em todos os temas políticos que não afetem diretamente os nossos interesses materiais na condição de país periférico relativamente irrelevante. Em meus livros está claramente dito que esse alinhamento evita os custos desnecessários dos confrontos gratuitos, quase esportivos, que caracterizaram as relações políticas entre a Argentina e os EUA.” (Cavallari, 2002).

- BURNS, Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil - Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC.
- CAVALLARI, Marcelo Musa (2002). *O Brasil deve mudar*. Entrevista de Carlos Escudé à Revista Época. Edição de 02/09/02.
- CHACON, Vamireh (2001). *Realismo e idealismo na política internacional de Joaquim Nabuco*. *Ciência & Trópico*. Recife, v 29, n,2, p. 397-404, jul/dez.
- CONDURU, Guilherme Frazão (1998). *O subsistema americano, Rio Branco e o ABC*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, ano 41, 2.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva (2000). *A política platina do Barão do Rio Branco*. *Rev. bras. polít. Int.*, vol.43, n.2.
- ESCUDE, Carlos (1992). *Realismo periférico: Bases teóricas para una nueva política exterior argentina*. Buenos Aires: Planeta.
- FORSTER, Maria Theresa Diniz (2011). *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: O legado de um pioneiro e sua relevância para a diplomacia brasileira*. Brasília: FUNAG.
- FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli (2010). *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma Análise da Construção da Tradição*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- HOBBSAWM, Eric (1989). *The age of empires (1875-1914)*. New York: Vintage.
- LIMA, Manuel de Oliveira (1980). *Pan-americanismo: Monroe, Bolivar, Roosevelt*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- LIMA, Maria Regina Soares de (1994). *Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña*. *América Latina-Internacional*, v.1, n.2, pp.27-46.
- MALATIAN, Teresa (1999). *Diplomacia e letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima*. *Estudos Históricos*, 1999-24.
- MELLO E SILVA, Alexandra de (1995). *O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8. n. 15. 1995, pp. 95-118.
- NABUCO, Joaquim (2008). *Balmaceda*. São Paulo: Cosac Naify.
- _____. (1949). *Minha Formação*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial. [Brasiliana Digital].
- LINS, Álvaro (1965). *Rio Branco: Biografia pessoal e história política*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2010). *O encontro de Joaquim Nabuco com a política: As desventuras do liberalismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- PEREIRA, Paulo José dos Reis (2006). *A política externa da primeira república e os Estados Unidos: A atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- PINHEIRO, Leticia (2004). *Política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PRADO, Eduardo (1957). *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense.
- RÊ, Flávia Maria (2011). *Estados Unidos e América Hispânica: Espelhos para uma jovem república*. *Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política*, n. 3, pp. 222-271.
- RENEHAN Jr., Edward (2007). *The Monroe Doctrine: The Cornerstone of American Foreign Policy*. Nova Iorque: Chelsea House.
- RICUPERO, Rubens (2005). *Joaquim Nabuco e a nova diplomacia. Apresentação no seminário “Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil”*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 19 de agosto de 2005.
- ROOT, Elihu (1914). *The Real Monroe Doctrine*. *The American Journal of International Law*, vol. 8, n. 3, jul 1914.
- SANTOS, Fábio Muruci dos (2003). *A querela dos heróis: liderança política e ethos americano em Oliveira Lima e José Enrique Rodó*. *História*, São Paulo: 22 (2): 79-98.
- VIANA FILHO, Luiz (1959). *A vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Martins.